

**As divisões internas das Forças Armadas Brasileiras e suas articulações
com a sociedade civil**

César Daniel de Assis Rolim

Mestrando em História – UFRGS

Resumo: As relações entre militares e política, ou ainda, Forças Armadas e sociedade civil surge como um tema recorrente por parte da historiografia brasileira sobre o período que abarca a primeira metade do século XX no Brasil. O abandono do padrão moderador dos militares, ou seja, a idéia de que os militares serviriam como instrumento de intervenção na vida política nacional em momentos de crise institucional e que logo após entregariam o poder para um governo civil, foi rompida com o golpe civil-militar de 1964. Busca-se através do presente trabalho discutir a influência do nacionalismo nas Forças Armadas Brasileiras durante, especialmente, as décadas de 1950 e 1960, apontando que nesse período as relações entre civis e militares eram prolíferas e constantes. Tem-se como um dos objetivos analisar as possíveis influências dos conflitos civis, nas disputas castrenses, discutindo-se a relação entre os setores castrenses e os civis.

Palavras-chave: Forças Armadas Brasileira. Nacionalismo. Política nacional.

O período compreendido entre 1945 e 1964 foi caracterizado por uma intensa participação militar na vida política brasileira, que levou, em abril de 1964, à tomada de controle global da máquina do Estado pelas Forças Armadas. Se é verdade que as intervenções militares levavam em geral a marca do conjunto da corporação e expressavam suas posições e seus pontos de vista, nem por isso se deve esquecer q as Forças Armadas Brasileiras estiveram divididas em várias oportunidades e que tais divisões refletiam uma pluralidade de tendências e abordagens dentro da própria instituição militar.

Busca-se através do presente trabalho monográfico apontar a influência do nacionalismo nas Forças Armadas Brasileiras durante, especialmente, as décadas de 1950 e 1960. Tem-se como um dos objetivos analisar as possíveis influências dos conflitos civis, nas disputas castrenses, discutindo-se a relação entre militares e política e militares e sociedade civil.

Os grupos e correntes militares falam em nome da instituição considerada em sua totalidade. Os acordos que possam ser feitos ou o apoio que eles possam dar a grupos e partidos políticos civis não os transformam em simples representantes de correntes civis. Os mecanismos de formação das cisões e do estabelecimento do consenso não são forçosamente os mesmos que se acham em ação na sociedade civil. Assim, consolidam-se mecanismos militares que agem produzindo cisões, da mesma forma que existem processos próprios da sociedade civil que podem interferir na criação de um dado consenso. “É na interação entre o processo político global e o processo político no âmbito das Forças Armadas que é preciso buscar as causas da formação de grupos e subgrupos militares, de suas opções ideológicas ou políticas, e identificar os mecanismos da intervenção militar, quando essa assume a forma institucional.”¹

As Forças Armadas, logo, não são monolíticas: de acordo com os seus próprios valores organizacionais, absorvem a influência exercida pela sociedade civil e dão novo significado a ela. “A partir desse processo elaboram suas estratégias de intervenção e exercem influência sobre a sociedade. Isso, no entanto, não significa a inexistência de cisões e disputas no meio militar. Elas existem tal como na sociedade civil, mesmo que silenciadas pela hierarquia e a disciplina.”²

As concepções instrumentalistas do poder militar, que procuram os motivos da ação dos exércitos na identificação dos interesses sociais imediatamente favorecidos pela intervenção deles, segundo Rouquié,³ parece deixar escapar a dinâmica específica da instituição. Assim, é possível examinar o poder militar a partir de outro ângulo que não o de sua vizinhança ou distanciamento do poder e de que não seria destituído de interesses considerar os exércitos como forças políticas. Não seria metodologicamente salutar nem operacional interpretar o aparelho

¹ PEIXOTO, _____. Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 67.

² CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) - vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 282.

³ ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil. In: _____. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980. p. 11.

militar, quando ele se acha no centro do poder como uma caixa preta cujos mecanismos fossem indecifráveis ou indiferentes.

O conceito de partido militar, apontado por Rouquié,⁴ aproxima-se da análise da atuação dos grupos militares que procuravam uma maior participação política, tanto na sociedade civil quanto internamente na instituição militar. As Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções que os partidos, e sobretudo que conhecem em seu seio tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica, processos de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulação sociais. A idéia de partido militar coloca em discussão o lugar-comum das Forças Armadas como um ator unido, senão monolítico, noção inspirada pela esquematização simplista dos traços organizacionais que caracterizam as instituições militares (disciplina, hierarquia, verticalidade).

De maneira flexível, o conceito de partido militar enfatiza as situações em que exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar (e vice-versa). Os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo. “Uma das idéias diretrizes é a existência de uma permanente tensão entre o partido militar e os partidos militares, ou, por outras palavras, do conflito recorrente entre as tendências políticas organizadas no seio do Exército e a própria instituição.”⁵

A divisão interna das Forças Armadas consolidava-se através da disputa entre duas correntes ideológicas principais, quais sejam, a nacionalista (encarnada no ISEB⁶ e no Clube Militar⁷) e a antinacionalista (que tinha a ESG⁸ como principal legitimadora). A articulação de cada um desses pólos com os grupos civis proporcionou aos debates e confrontos políticos na instituição militar uma importância e amplitude tais, que os choques entre as facções não podem ser isolados dos processos que ocorreram na sociedade e na esfera política nacional. O confronto entre essas duas correntes acompanharam toda a história brasileira entre 1945 e 1964.

⁴ Ibid. p. 12.

⁵ Ibid. p. 12.

⁶ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que era subordinado ao Ministério da Educação.

⁷ Instituição que canalizou e organizou os debates entre as principais correntes militares. Seus diretores eram todos oficiais do Exército.

⁸ Escola Superior de Guerra subordinada ao Ministério da Guerra.

A ESG, fundada no final da década de 1940, pelo General Cordeiro de Farias, e subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas, tinha como um dos objetivos centrais, no entender de Martins Filho⁹ o estreitamento de laços entre as elites militares e civis na luta contra o comunismo. O conceito-chave de segurança nacional procurava diferenciar-se da idéia clássica de defesa nacional. A noção de segurança, mais ampla que a de defesa, se originava da idéia estadunidense da necessidade de uma mobilização total da sociedade como pré-condição de uma vitória na guerra. No Brasil ela foi traduzida em termos da urgência militar de enfrentar os problemas nacionais como um conjunto, onde os aspectos sociais e políticos seriam indissociáveis dos aspectos militares. A segurança nacional seria uma condição em que a nação se encontraria garantida contra quaisquer tipos de ameaças.

Apesar da ESG referir-se à guerra revolucionária desde os seus primeiros tempos, a expressão ganhou sentido especial no final da década de 1950. Em depoimento, o General Octávio Costa, afirma que “[...] a ESG lançou as idéias sobre as guerras insurrecional e revolucionária e passou a nelas identificar o quadro da possível guerra interna. Era a guerra que acendia o estopim da revolta nos campos e a insatisfação popular nas cidades, desde 1961, que contribuiu para a formulação da nossa própria doutrina da guerra revolucionária, que resultou no movimento militar de 1964.”¹⁰

O debate proporcionado pelo Clube Militar, transformou-o em válvula de escape para a discussão sobre grandes temas nacionais, fora do controle da hierarquia. Segundo Sodré,¹¹ com a o caso do petróleo e a amplitude nacional da campanha em defesa dos interesses brasileiros nesse caso, a questão do Clube Militar ganhou o primeiro plano. Especialmente após a vitória do General Estillac Leal, que representava as forças nacionalistas, essa agremiação introduziu um fator novo que teria considerável peso daí por diante. Tratava-se, para o imperialismo, de destruir esse baluarte nacionalista, onde a batalha do petróleo estava sendo travada com ímpeto crescente.

⁹ MARTINS FILHO, MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964-* vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 107.

¹⁰ DEPOIMENTO DO GENERAL OCTÁVIO COSTA. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994. p. 78

¹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 305.

As disputas, especialmente a partir do início da década de 1950, eram permanentes. Martins Filho¹² aponta o conflito entre as correntes nacionalistas e antinacionalistas. A primeira, agrupada na Chapa Amarela, tinha como marca registrada a defesa da industrialização do país com características autônomas, posicionando-se contra os trustes internacionais e contra uma política externa de alinhamento com os Estados Unidos. O segundo grupo, abrigado na Chapa Azul (que recebia o apoio de setores conservadores liberais), defendia uma postura favorável tanto em relação à participação do capital estrangeiro na industrialização do país, quanto à aliança com os EUA, sendo o ódio à mobilização popular como o centro de unidade.

A formação de grupos e subgrupos no interior da máquina militar, a partir de algumas linhas de separação ideológicas, políticas e até partidárias, não questiona necessariamente o funcionamento hierarquizado da totalidade dessa máquina. Cada um dos grupos reivindicou a representação de interesses políticos e profissionais corporativos, pregando, salvo em raríssimos momentos, o respeito aos mecanismos hierárquicos, condição indispensável ao bom funcionamento da organização.

Peixoto¹³ indica que os grupos militares não procuraram provocar uma cisão das Forças Armadas enquanto instituição. Tentaram, sim isolar os grupos antagônicos, presumindo sempre, porém, que agiam em nome da totalidade da instituição militar. As Forças Armadas, enquanto aparelho do poder, são, por conseguinte, submetidas a uma pressão tríplice: a dos grupos civis, que buscam atraí-las para o seu ponto de vista, a das correntes militares atuantes no interior do aparelho, e, finalmente, a pressão latente para o exercício de papéis institucionais definidos pela lei e q são interpretados pela hierarquia. A intervenção militar surge como uma resultante da combinação desses três elementos.

Martins Filho¹⁴ afirma que do Memorial dos Coronéis¹⁵ até o golpe de 1964, mais de duas dezenas de manifestações militares agitaram a vida política do país. Manifestos à nação, memoriais, discursos, mensagens-circulares, notas oficiais, documentos de chapas ou de diretorias de clubes militares e entrevistas de altos oficiais constituíram a forma usual de

¹² MARTINS FILHO, J. *Op. cit.* p. 112.

¹³ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 77.

¹⁴ MARTINS FILHO, J. *Op. cit.* p. 116.

¹⁵ Documento assinado por dezenas de coronéis e tenentes-coronéis, divulgado em fevereiro de 1954, refletindo a posição antinacionalista do alto comando do Exército. Esse memorial derrubou os ministros do Trabalho e da Guerra de Vargas, abrindo a crise política que teria como desfecho o suicídio do Presidente da República.

interferência militar na política. Os militares, durante esse período, não tomaram o poder não por falta de vontade ou confiança, mas porque tanto no campo político civil como o militar estavam profundamente divididos.

Segundo Rouquié,¹⁶ antes de 1964 o primeiro cuidado de um presidente eleito era montar seu dispositivo militar, sem o qual seus dias estariam contados. Além disso os partidos estendiam sua atuação no Exército de maneira quase institucionalizada. Assim, a União Democrática Nacional (UDN) identificava-se com a linha militar representada pela Cruzada Democrática¹⁷, apelidada de UDN militar. Aliás esse partido desempenhou papel importante no golpe civil-militar de 1964 e povoou os ministérios civis do primeiro presidente militar, o Gen. Castelo Branco.

A intervenção militar, amiúde interpretada com a apropriação das Forças Armadas por um grupo de agentes, exprime uma convergência entre as facções de elites civis e militares. O fato de as Forças Armadas nem sempre ocuparem no interior da coalizão uma posição hegemônica ou que lhes permita impor uma solução própria não as transforma em meros instrumentos. Assim, no entender de Peixoto (1980: 32), a inserção das Forças Armadas no processo político e seu comportamento se inscrevem em uma configuração triangular onde coexistem, em um quadro de relações constantes, três conjuntos de agentes, quais sejam, os civis (partidos, grupos de pressão etc), as correntes militares e as estruturas do comando supremo (os mais elevados escalões da hierarquia militar).

É, pois, segundo Peixoto,¹⁸ a partir da noção do movimento da sociedade global e do impacto desse movimento sobre as Forças Armadas que se devem situar os quadros analíticos que permitem a compreensão do fenômeno militar. A especificidade institucional é algo forjado ao longo da história pelas múltiplas relações multidirecionais que ocorrem entre as Forças Armadas e os quadros sociais em que elas se situam. Existe, logo, uma interação entre dois elementos-chave na problemática militar, a heterogeneidade política dos militares e o cuidado de manter ou preservar um certo nível de unidade institucional.

¹⁶ ROUQUIÉ, A. *Op. cit.* p. 16.

¹⁷ Agregado de todos os grupos e setores opostos aos nacionalistas. “Seu núcleo central era formado pelo grupo de veteranos da Força Expedicionária Brasileira e pelos setores superiores da alta hierarquia que se opunham a Vargas.” PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 89.

¹⁸ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 36.

No entendimento de Rouquié¹⁹ não só as Forças Armadas possuíam suas divisões internas, que podiam coincidir com correntes da opinião civil, como também os processos, segundo os quais se formavam as tendências e se tomavam as decisões extramilitares, eram de natureza, em grande parte, institucional. A formação de um consenso sobre questões políticas geralmente tinha origem corporativa e se apresentava conforme o código normativo da instituição.

As Forças Armadas aparecem como um reflexo das tensões da sociedade, mas um espelho deformador. As linhas de divisão interna procedem de mecanismos complexos que de modo algum podem se reduzir ao simples jogo de cooptação ou de aliança com setores econômicos ou políticos civis. “Os militares naturalmente se dividem em função dos grandes problemas nacionais, mas segundo procedimentos próprios e com conseqüências singulares ligadas às diversas pressões a que são submetidos e aos múltiplos papéis que desempenham.”²⁰

Quanto a reflexão sobre a dependência das Forças Armadas em relação à sociedade ou ao Estado, articulam-se, no entender de Peixoto,²¹ duas concepções que orientaram as pesquisas sobre os militares no Brasil, quais sejam, a concepção instrumental e a abordagem institucional-organizacional.

A concepção instrumental busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião, os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras da corporação. Elas são acionadas por grupos de interesses ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas sempre identificam-se com um ou outro desses grupos. A interação é assegurada a partir do momento em que os grupos sociais se dirigem às Forças Armadas, determinam e fixam os limites da ação militar.

A concepção institucional-organizacional enfatiza a autonomia da instituição militar face à sociedade global. As Forças Armadas se convertem na matriz dos inputs e dos outputs militares, sendo o fenômeno militar auto-explicável. Os traços mais salientados da lógica organizacional-

¹⁹ ROUQUIÉ, A. *Op. cit.* p. 17.

²⁰ *Ibid.* p. 19.

²¹ PEIXOTO, A. *Op. cit.* p. 26.

burocrática (espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões) são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica. Os papéis extramilitares das Forças Armadas são definidos pelo sistema de valores institucional e por uma percepção da realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisão do aparelho, ou seja, às estruturas hierárquicas de comando. A partir dessa concepção a interação assume a forma de estratégias que se opõem, ou convergem, em um mesmo plano de ação.

Para Peixoto,²² a análise do processo político brasileiro comporta elementos vinculados às duas concepções. Assim como é difícil reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agente de interesses que se encontram fora dos quadros corporativos. Mas, também é difícil aceitar um racha radical entre as Forças Armadas e o resto da sociedade e que o fenômeno militar possa ser percebido como manifestação puramente imanente. “É na interação das Forças Armadas com os agentes sociais e políticos que se encontram os fundamentos do comportamento militar e os pontos-chave que possibilitam sua compreensão.”²³

A permanente participação política de militares na conjuntura das décadas de 1950 e 1960, refletia na Marinha. Esta, segundo *Brasil: Nunca Mais*,²⁴ figura como a Arma que sofreu o maior número de processos punitivos. Isso pode ser estranho quando se leva em conta que essa Força tem contingente bem inferior ao do Exército. Mas trata-se de um reflexo do grau mais avançado de organização política que suas bases alcançaram, principalmente após a criação, em 1962, da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, bem como do posicionamento político assumido por alguns oficiais superiores, identificados com Goulart, entre eles o Almirante Cândido Aragão, Comandante do Corpo de Fuzileiros Navais.

Muitos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) nascidos deram lugar aos 38 processos, reunidos para a pesquisa do Projeto Brasil Nunca Mais, especificamente dirigidos contra a subversão dentro das próprias forças militares. Processos que totalizaram nada menos que 747 denunciados judicialmente, afora os 1692 que foram incriminados unicamente na fase de inquérito. Como regra geral, incidiu sobre esses militares a pena extrajudicial do afastamento do

²² *Ibid.* p. 29.

²³ *Ibid.* p. 30.

²⁴ BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 120.

serviço ativo, ou até a expulsão da corporação, antes mesmo que a própria Justiça Militar proferisse seu julgamento definitivo acerca de sua culpabilidade.

Segundo *Perfil dos atingidos do Projeto Brasil: Nunca Mais*²⁵ (1987: 120), dos 38 processos que atingiram membros das Forças Armadas e Auxiliares, quatro tiveram início em 1963 e foram incluídos como objeto de estudo porque uma parcela importante de sua tramitação já se deu sob o novo governo. Trinta processos, isto é, a imensa maioria, datam de 1964 e tiveram início nos primeiros dias após a derrubada de Goulart. E apenas quatro desses 38 processos tiveram início nos anos seguintes. Os dados, portanto, indicam a ativa participação dos meios castrenses nas disputas políticas na sociedade civil.

Através da pesquisa a partir da bibliografia sobre as Forças Armadas Brasileiras, na conjuntura posterior à 1930, percebe-se a permanente interação entre a sociedade civil e Forças Armadas. A divisão permanente das instituições militares brasileiras, constatada especialmente a partir da segunda metade dos anos 1940, seria consequência do período de redemocratização política. Contribuindo para essa dicotomia a influência externa do período de Guerra Fria.

A democratização possibilitando a organização e a ampliação dos movimentos populares no Brasil, que amadureceram e se radicalizaram sob a influência do contexto internacional marcado pelas lutas de libertação, chegou até os quartéis. Estes não ficaram imunes a esse movimento.

O nacionalismo popular, que tinha como um dos seus princípios a ampliação do conceito de democracia, visando a maior igualdade social, também teve nos militares os seus combatentes. Dos generais aos praças, a gradual radicalização que tomou conta das reivindicações populares possibilitou o encontro das esquerdas políticas com os militares que se consideravam o povo armado na defesa dos seus interesses.

O golpe civil-militar de 1964 significou o sufocamento de um setor militar e a ascensão do grupo oponente (antinacionalista) ao poder, associando-se com os setores liberais da sociedade civil brasileira. A derrota dos setores nacionalistas (ou ultranacionalistas) militares significou

²⁵ PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 120.

uma depuração interna, refletindo um quadro de violência política institucional irradiada por diversos setores da sociedade, inclusive suas instituições militares.

Bibliografia final

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *As esquerdas no Brasil – Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964) - vol. 2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FERREIRA, Jorge. A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular. *Revista Brasileira de História*. Vol. 24 no. 47. São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 dez. 2006.

FERREIRA, José Roberto Martins. *Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do Exército Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1986.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). *Brasil Republicano - o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 - vol. 3*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, João Quartim de. O argumento da força. In: DREIFUSS, René Armand (org.). *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de Oliveira. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

PEIXOTO, Antônio Carlos. Armée et politique au Brésil. In: ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

_____. Le Clube Militar et les affrontements au sein des Forces Armées (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

ROUQUIÉ, Alain. Les processus politiques dans les partis militaires au Brésil. In: _____. *Les partis militaires au Brésil*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1980.

_____. *Poder militar y sociedad política en la Argentina II (1943-1973)*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1982.

_____. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

Fontes

BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado por Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEPOIMENTO DO GENERAL OCTÁVIO COSTA. In: D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume - Dumará, 1994

PERFIL DOS ATINGIDOS. TOMO III DO PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Organizado pela Mitra Arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987.